

O DISCURSO DO PARAÍSO TERRESTRE DE SIMÃO DE VASCONCELOS

José Antonio Andrade de Araujo
Universidade Federal Fluminense

Simão de Vasconcelos nasceu em Portugal, na cidade do Porto, por volta de 1596, e ainda adolescente transferiu-se, com seus familiares, para o Brasil. Aos 19 anos (1615) entrou para a Companhia de Jesus aonde obteve o título de Mestre em Artes. Na Companhia, além de atuar como Professor de Humanidades, de Teologia Especulativa e Moral, adquiriu o domínio da língua indígena (brasílica). Ao longo de sua carreira assumiu os mais diversos cargos na Companhia, tendo sido Vice-Reitor do Colégio da Bahia e Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, Provincial (1655) e Procurador da Província em Roma, em 1662. Participou, em Portugal, no ano de 1641, da Embaixada da Restauração junto com o Pe. Antonio Vieira. Segundo Serafim Leite, Simão de Vasconcelos “teve considerável influência no Brasil do seu tempo, dentro e fora da Companhia”. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1671¹.

A obra de Simão de Vasconcelos consiste em quatro livros e um sermão, todos publicados no século XVII. No seu livro *Crônica da Companhia de Jesus*², o autor constrói uma imagem do Brasil que possivelmente se constitui na primeira concepção espacial barroca do território do brasileiro. Esta obra foi publicada em 1663 mas já estava pronta em abril/maio de 1661, quando recebeu os três pareceres favoráveis indispensáveis à sua publicação. A *Crônica da Companhia de Jesus* foi precedida pelas *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, inseridas na primeira edição como introdução, e depois publicadas de forma autônoma em 1668. Os dois livros das *Notícias* tratam do descobrimento do Brasil, da descrição da terra e dos habitantes, e a “resolução de algumas dúvidas curiosas” como a origem dos índios, sua nação, cor, língua, costumes e religião. Vasconcelos conclui o

¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 10v. (Edição Fac-Símile da publicação original de 1938-1945). V. 9, p. 173-174.

² VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3ªed. Petrópolis: Vozes/INL, 1977. 2v.

trabalho enaltecendo de tal forma a terra que ele não só a compara a um “paraíso terreal”, mas busca efetivamente comprovar a pertinência de tal fato, ou seja, de que o Paraíso localizava-se mesmo em terras americanas, mais precisamente no Brasil. A defesa deste argumento na obra acaba por motivar uma revisão e censura da mesma, resultando na supressão dos sete últimos parágrafos das *Notícias*, e no recolhimento dos livros da *Crônica* já impressos e distribuídos.

Ao tratar do rio Amazonas, nas *Notícias*, Simão de Vasconcelos faz três referências à obra de Cristóbal de Acuña, grafado como Cristovão da Cunha. Na primeira delas indica em nota que se veja “muito em especial a *Relação* do Padre Cristovão da Cunha, da Companhia de Jesus”³ e no parágrafo 32 ao referir-se ao rio Amazonas afirma que o padre Cristovão da Cunha “o navegou , e explorou com extraordinário trabalho, e cuidado” fazendo sobre ele um Tratado inteiro . Se essas referências à obra de Acuña não fossem suficientes como indicadoras do conhecimento ou leitura da *Relação* por parte de Vasconcelos, a análise comparativa feita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*⁴, sobre as fontes do parágrafo 31 das *Notícias* não deixa dúvidas quanto ao fato de que se encontram nos capítulos LXIII, LXX, e LXXII do livro *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*⁵. Em outras palavras, Vasconcelos com certeza teve acesso e efetivamente leu a *Relação* de Cristóbal de Acuña apesar do livro ter sido recolhido logo após sua impressão por motivos de segurança o que o tornou, desde sua publicação, muito raro, como podemos constatar na nota bibliográfica⁶ de Rubens Borba de Moraes.

No final do livro de Acuña, encontramos um *Memorial* “apresentado ao Real Conselho das Índias sobre o dito descobrimento depois da rebelião de Portugal”, no qual o autor pede que o rei de Espanha envie ordem a Chancelaria de Quito para a ocupação do rio das

³ Ibidem, v. 1, p. 61.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense 1994. p. 136-137.

⁵ ACUÑA, Cristóbal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 180p.

⁶ MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*. Los Angeles/Rio de Janeiro: UCLA/Kosmos, 1983. 2v. V. 1, p. 11.

Amazonas relacionando oito benefícios para a Real Coroa. No quarto item, Acuña trata do fechamento da porta de saída para que “nenhum dos habitantes do Peru tente lançar-se com os tesouros às correntes deste rio, para escapar aos impostos que por Cartagena se pagam”⁷. O quinto item relaciona como benefício da ocupação espanhola impedir-se o “comércio e a comunicação que os portugueses, moradores na boca desse rio, tanto desejam entabular com os de sua nação que vivem no Peru”⁸. No sexto item sustenta que reduzindo as nações que habitam as ilhas e margens do rio à sua obediência, poder-se-ia por freio e castigar “o mal visto atrevimento dos portugueses, e fique livre a boca deste rio, para que por ela prossiga a conquista começada já pelas entradas de Quito”⁹. No sétimo item acena para a possibilidade de conversão dos índios pois “só com eles se beneficiarão as muitas minas e demais vantagens que a fertilidade da terra propicia em suas nações, dever-se-á, qual outro novo Peru, aceitar logo sua conquista, e mais ainda com a facilidade com que aqui se apresenta”¹⁰. No oitavo e último item Acuña aponta para uma possível aliança entre os portugueses e holandeses:

“se ocorresse que os portugueses junto à foz deste rio (já que tudo se pode presumir de sua pouca cristandade, e menor lealdade) quisessem, ajudados por algumas nações belicosas que têm sob seu julgo, penetrar rio acima até chegarem às regiões povoadas do Peru ou ao Novo Reino de Granada, e mesmo sendo verdade que em algumas partes encontrarão resistência, em muitas outras esta seria bem pequena, por atingir povoados com escassez de gente, e por fim pisarão naquelas terras vassalos desleais de Vossa Majestade, que em reinos tão distantes bastaria esse nome de desleais para causar gravíssimos danos. E se, aliados aos holandeses, como estão muitos no Brasil, tentassem semelhante atrevimento, já se vê a preocupação que poderiam dar”¹¹.

O discurso de Cristóbal de Acuña sobre os portugueses e a ocupação do rio Amazonas, lido por Simão de Vasconcelos, como atestam suas referências bibliográficas e o comentário

⁷ ACUÑA, op. cit., p. 175.

⁸ Ibidem, p. 176.

⁹ Ibidem, p. 176.

¹⁰ Ibidem, p. 177.

¹¹ Ibidem, p. 178.

de Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*, oferece-nos a possibilidade de uma nova leitura do discurso de Simão de Vasconcelos sobre o mesmo rio Amazonas. Sob este aspecto devemos observar o que esses autores nos dizem sobre a origem, comprimento e percurso do grande rio Amazonas.

Acuña diz que cada terra tenta atribuir a origem do rio aos seus domínios relacionando alguns como aqueles que indicam a origem do Amazonas no rio Marañon, outros no rio Caquetá, na Nova Granada, outros ainda por várias partes do Peru. O autor, no entanto, situa numa lagoa a oito léguas da cidade de São Francisco de Quito, a origem do rio Amazonas¹². Vasconcelos, por outro lado, fornece uma localização não muito específica para a origem do mesmo rio dizendo que fica numas “serranias monstruosas” e deslocando a origem para um ponto em que o rio Amazonas se encontrava com o rio da Prata “em uma alagoa famosa, ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e Peru”¹³.

Sobre o percurso do Amazonas Acuña é preciso quando diz que o rio “segue seu curso de oeste para leste, [...] sempre próximo à linha equinocial para o lado sul, a dois graus, três, quatro, cinco e dois terços, na maior altura. Seu comprimento, desde o nascedouro até o desaguar do mar, é de mil trezentos e cinquenta e seis léguas”¹⁴. Vasconcelos concorda com Acuña no que se refere ao comprimento do rio Amazonas quando diz que este é de “mil e trezentas, mil e seiscentas, ou mil e oitocentas léguas, segundo cálculos vários dos que o navegaram”¹⁵. Mas, por outro lado, oferece uma outra leitura sobre o percurso que inclui os dois rios, Amazonas e Prata: “os que navegam corrente acima de um desses rios, [...], tornam a navegar corrente abaixo do outro; e esta é a volta, com que abarcam estes dois grandes rios duas mil léguas de circuito”¹⁶. Assim, Vasconcelos associa ao percurso do rio Amazonas o do

¹² Ibidem, p. 70-71.

¹³ VASCONCELOS, op. cit., v. 1, p. 63.

¹⁴ ACUÑA, op. cit., p. 72.

¹⁵ VASCONCELOS, op. cit., v. 1, p. 62.

¹⁶ Ibidem, p. 63.

rio da Prata transformando o percurso oeste para leste de Acuña num “circuito” que vai do rio Prata ao rio Amazonas, passando pelo sertão.

Vasconcelos, nas *Notícias* que antecedem a *Crônica*, apresenta a terra do Brasil sob a forma geométrica, ou seja, “sua forma é triangular”¹⁷. O que não é novidade uma vez que antes dele outros, como Pero de Magalhães Gândavo e frei Vicente do Salvador, diziam que a forma do Brasil era igual à de uma harpa.

Nessa época do período colonial os limites do território do Brasil, no que se refere a sua parte interior, conhecida como sertão, tinham contornos imprecisos. Nesse sentido, Vasconcelos constrói os limites físicos do território do Brasil ao apresentar a origem comum dos dois grandes rios, o Amazonas e o Prata, que como fronteiras naturais isolam-no das possessões espanholas:

“Estes dois rios, o das Almazonas, e o da Prata, princípio, e fim desta costa, são dois portentos da natureza, que não é justo se passem em silêncio. São como duas chaves de prata, ou de ouro, que fecham a terra do Brasil. Ou são como duas colunas de liquido cristal, que a demarcam entre nós e Castela, não só por parte do marítimo, mas também do terreno. Podem também chamar-se dois gigantes, que a defendem, e demarcam em comprimento, e circuito, como veremos. Porque é cousa averiguada, e praticada entre os naturais do interior do sertão que estes dois rios, não somente presidem ao mar com a vastidão de seus corpos, e bocas; mas também com a extensão de seus braços abarcam a circunferência toda da terra do Brasil, fazendo nela por uma parte um semicírculo de mais de mil e quinhentas léguas; o por outra mais ao largo, outro, de mais de duas mil, com tão desusadas maravilhas, como logo veremos”¹⁸.

Na sua visão os dois grandes rios têm origem comum numa grande lagoa nas “vertentes das grandes serras do Chile e Peru” onde se “formam os braços daqueles grossos corpos; o direito, ao das Almazonas para a banda do norte; o esquerdo, ao da Prata para a banda do sul; e que com estes abarcam, e torneiam todo o sertão do Brasil”¹⁹. Além disso, os

¹⁷ Ibidem, p. 60.

¹⁸ Ibidem, p. 61.

¹⁹ Ibidem, p. 63.

dois rios, como fronteiras, são “os defensores, e como chaves, e balizas de todo este Estado”²⁰.

A imagem que emerge do discurso espacial de Simão de Vasconcelos é a de um território perfeitamente delimitado, de um lado pela costa e, de outro, e de forma inovadora, pelo corte no interior com os dois grandes rios que “abarcam e torneiam todo o sertão do Brasil”. Esses rios “defensores” que “fecham a terra do Brasil” e que também “demarcam entre nós e Castela”, criam um limite que permite, possivelmente pela primeira vez, estabelecer no discurso espacial barroco o contorno do território do Brasil²¹. Uma delimitação que avança muito em relação aos limites do Tratado de Tordesilhas (1494), quase um século antes do Tratado de Madri (1750).

Acuña faz uma comparação do rio Amazonas com os rios Ganges, Eufrates e Nilo afirmando que “para vencê-los em felicidade, só lhe falta ter sua origem no Paraíso, como daqueles outros afirmam grandes escritores”, concluindo que pode-se afirmar que “suas margens são, pela fertilidade, paraísos, e, se a arte ajuda a fecundidade do solo, todo ele terá aprazíveis jardins”²². Vasconcebs, por sua vez, diz que além dos diversos autores citados, entre eles Cristóvão da Cunha, teve acesso à “várias relações [...] de excursões, que por este rio fizeram os moradores da Capitania de S. Paulo” do que podemos concluir que Simão de Vasconcelos tinha conhecimento das entradas e bandeiras dos habitantes de São Paulo, que já naquela época alcançavam o rio Amazonas pelo interior do território do Brasil. Vasconcelos conclui o parágrafo afirmando: “todos concordam, e dizem coisas maravilhosas, e tão

²⁰ Ibidem, p. 67.

²¹ ARAUJO, José Antonio Andrade de. A quadra perfeita e o paraíso terrestre no discurso de Simão de Vasconcelos. In: 7º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002, Providence, RI (USA). 8p.

²² ACUÑA, op. cit., p. 69.

grandes, que nenhum pecado cometeriam os que dissessem que junto a este rio plantara Deus Nosso Senhor o Paraíso terreal”²³.

Assim, o discurso de Simão de Vasconcelos constrói um contorno do território do Brasil elaborado de forma consciente, numa nova dimensão, de um limite físico, pintado com as cores barrocas da ênfase e sobre o qual o autor constrói um território perfeito, o paraíso terrestre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA, Cristóbal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 180p.
- ARAUJO, José Antonio Andrade de. A quadra perfeita e o paraíso terrestre no discurso de Simão de Vasconcelos. In: 7º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002, Providence, RI (USA). *Comunicação...* 8p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos endênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 365 p.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 10v. (Edição *Fac-Símile* da publicação original de 1938-1945).
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*. Los Angeles/Rio de Janeiro: UCLA/Kosmos, 1983. 2v.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3ªed. Petrópolis: Vozes/INL, 1977. 2v.

²³ VASCONCELOS, op. cit., v. 1, p. 65.